

REVISTA REDAÇÃO	37
PROFESSOR: Lucas Rocha	
DISCIPLINA: Redação	DATA: 06/10/2013

Tecnociências: meios ou fins? (ALEXANDRE QUARESMA)

As técnicas e tecnologias fogem de nosso controle e passam a determinar muito mais do que a forma como fazemos as coisas, chegando ao ponto de influenciar aquilo que de fato somos



FOI-SE o tempo em que podíamos imaginar uma Ciência hipoteticamente pura, neutra, imparcial e até mesmo superior, em que cientistas e pesquisadores perseguiriam unicamente a "verdade", o conhecimento "puro", alheio aos interesses e influências de toda sorte. Isso se considerarmos que um dia essa Ciência "imaculada" e "virgem" possa ter, de fato, existido. Pois, como já sabemos, por força das duras lições da História, a Ciência e a tecnologia advêm e florescem em contextos sociais específicos imbricados, geralmente sob condições favoráveis em termos de recursos e articulações, e elas estão sempre vinculadas indissolúvelmente aos atores e agentes humanos e não humanos que as fomentaram: pessoas, governos, instituições. Há também, paralelamente a isso, um fenômeno importante de descontrole tecnocientífico, que se reflete com clareza na velocidade extremada com que os novos objetos técnicos,

técnicas e tecnologias ingressam no contexto social. A industrialização de bens e produtos, em larga escala, processo altamente tecnologicado e extremamente degradante do ponto de vista eco-ambiental, que é oriunda dos desenvolvimentos tecnocientíficos relativamente recentes, trouxeram-nos também - além das benesses óbvias que já conhecemos - uma série de problemas e crises, alguns deles difíceis e até mesmo insolúveis a curto prazo. Poluição, devastação ambiental, alimentos e seres transgênicos, clonados, lixo tóxico, radioativo, armas, guerras, desigualdades sociais extremadas... são essas, de fato, as consequências negativas de nossas tecnologias. E muitos outros problemas poderiam ser listados, já que, contrariamente ao entendimento comum, tecnologias não são apenas soluções, não apenas resolvem, mas também criam novos problemas, muitas vezes de origem totalmente imprevisível e incontrolável, do ponto de vista de quem as criou (tecnologias).

DESCONTROLE TECNOCIENTÍFICO

Um exemplo dramático de descontrole tecnológico foi o genocídio causticante das bombas atômicas deflagradas em Hiroshima e Nagasaki durante a Segunda Guerra Mundial. Foi ali, naquele ato brutal e totalmente desumano, que, finalmente, pudemos perceber com clareza - talvez pela primeira vez na história humana - a dimensão e o tamanho da potência, o poder que as técnicas e tecnologias podiam nos oferecer, e, de igual modo, os desarranjos monumentais e até mesmo catastróficos que poderiam ser desencadeados a partir delas (tecnologias). Isso tudo - frise-se - sem que, teoricamente, o próprio técnico, cientista ou mesmo pesquisador, o criador da determinada tecnologia utilizada estivesse diretamente envolvido ou presente nos desdobramentos de sua criação, ou seja, no bombardeio das cidades japonesas. "Na verdade, nem sempre é possível prever as eventuais aplicações tecnológicas e consequências sociais de um programa de pesquisa básica na época em que foi iniciado"¹. Albert Einstein (1879-1955), por exemplo, sentiu-se terrificado e perplexo - isso é notório - ao ver os rumos tortuosos e as consequências nefastas de sua sagaz e criativa equação $E = MC^2$. Hans Jonas (1903-1993) escreve que "a fórmula baconiana afirma que saber é poder.

¹ KNELLER, 1980, p. 254



TECNOLOGIAS NÃO APENAS RESOLVEM, MAS TAMBÉM CRIAM NOVOS PROBLEMAS, MUITAS VEZES DE ORIGEM TOTALMENTE IMPREVISÍVEL E INCONTROLÁVEL



BACON TINHA razão ao afirmar "saber é poder". Todavia, esse poder acumulado através da história solicita comedimento e responsabilidade que são ultrapassados em muito pela nossa capacidade atual de obter mais e mais poder

Mas é o próprio programa baconiano que, no ápice do triunfo, revela-se insuficiente, com a sua contradição intrínseca, ou seja, o descontrole sobre si mesmo, mostrando-se incapaz de proteger o homem de si mesmo, e a natureza, do homem. Ambos necessitam de proteção por causa da magnitude do poder que se atingiu ao se buscar o progresso técnico, cujo crescente poder engendra a crescente necessidade de seu uso e, portanto, conduz à surpreendente impotência na capacidade de pôr um freio ao progresso contínuo, cujo caráter destrutivo, cada vez mais evidente, ameaça o homem e sua obra"². Edgar Morin (1921) converge conosco e com Hans Jonas, e, em tom de alerta, sublinha que "a aliança cada vez mais estreita entre ciências e tecnologias produziu a tecnociência, cujo desenvolvimento descontrolado, ligado ao da Economia, levou à degradação da biosfera e ameaça à humanidade"³.

O mesmo autor ainda afirma que "a crescente impossibilidade dos cidadãos de ter acesso ao controle e à reflexão sobre os conhecimentos científicos ou técnicos relativos à vida de cada um leva ao enfraquecimento democrático na própria raiz da democracia"⁴. E isso acontece porque a democracia, como nos lembra Edgar Morin, pressupõe fundamentalmente maior controle social, inclusive com relação às tecnologias e tecnociências que as próprias sociedades democráticas produzem, pois esses setores técnicos não podem nem devem ser impermeáveis ao controle social, estando pretensamente acima da lei e da ordem dos países por onde trafegam. Todavia, uma vez no mundo social cotidiano, na corrente dos acontecimentos introduzidas as tecnologias e tecnociências, introduzidas nos contextos socioeconômicos dos interesses, não há mais como detê-las, pois, como nos informa George F. Kneller, "a tecnologia não é uma agência neutra que pode ser posta em funcionamento e paralisada a bel-prazer; ela tem um impulso interior que lhe é próprio"⁵, movendo-se livre e desenvoltamente no ambiente social. É por isso que lemos em Morin que, "contrariamente à visão na qual a ação se encarna no ator [uma crítica direta à teoria ator-rede de Bruno

Latour (1947), John Law (1671-1729) e Michel Callon (1945)], abre-se um fosso desde os primeiros instantes entre o ator e a ação, e este fosso alarga-se a si próprio, a menos que a ação possa ser incessantemente seguida, alcançada, corrigida, mas isso, numa corrida desenfreada, onde a ação finalmente se distanciará do perseguidor e irá perder-se no amálgama das inter-retroações do Umwelt social e natural. A ação voluntária escapa quase imediatamente à vontade; foge, começa a copular com outras ações em profusão e volta, por vezes desfigurada e desfigurante, à cabeça do seu iniciador"⁶. Hans Jonas parece concordar com essa ideia de descontrole tecnológico e imbricamento que apresentamos, exemplificada muito bem por Morin, quando escreve que, "com a tomada do poder por parte da tecnologia (uma revolução incontrolável, que não foi planejada por ninguém e é inteiramente anônima), a dinâmica ganhou novos aspectos que não estavam incluídos em nenhuma das suas representações feitas antes e que nenhuma teoria, inclusive a marxista, poderia haver previsto - uma direção que, em vez de conduzir à sua plena realização, poderia conduzir à catástrofe universal, em um ritmo cuja aceleração exponencial, assustadora, ameaça fugir a qualquer controle"⁷.

² JONAS, 2006, p. 236

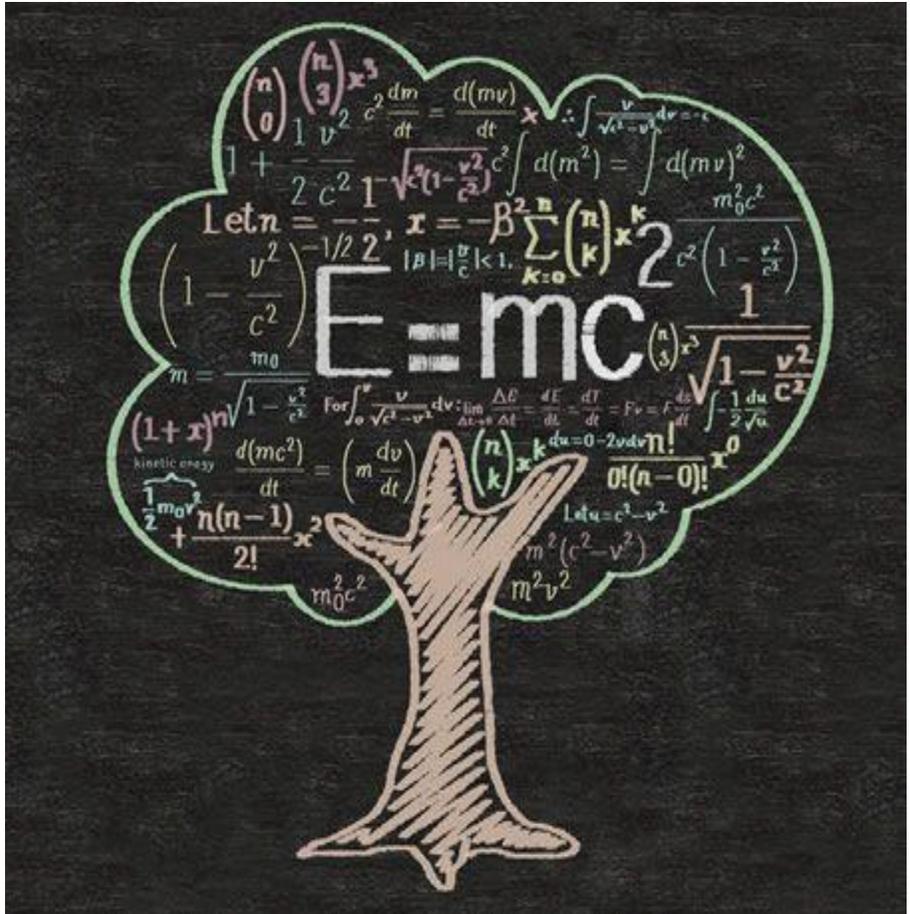
³ MORIN, 2007, p. 51

⁴ JONAS, 2007, p. 152, 242

⁵ KNELLER, 1980, p.259}

⁶ MORIN, 2001, p. 101

⁷ MORIN, 2006, p. 214 - 215, 272 - 273



A Organização Mundial da Saúde e a Agência Internacional para Pesquisa em Câncer classificaram o celular como um aparelho que pode ser cancerígeno

A fórmula de equivalência "massa-energia" foi utilizada no desenvolvimento da bomba atômica

ENREDAMENTO TECNICISTA

Além disso, há também questões importantes relativas ao enredamento (tecnológico), à dependência (comercial), ao controle (exercido verticalmente por firmas, empresas e indústrias), à falta de autonomia e alternativas (extratecnológicas) e também à flagrante concentração de poder e controle nas mãos de um pequeno e privilegiado

grupo (uma elite tecnologizada). Essas elites, por sua vez, acreditam deter a lógica primordial mais coerente, digna e virtuosa (em termos de progressos e desenvolvimentos pretensamente humanos), segundo a qual todos devem se sujeitar e se sacrificar, incluído aí o ambiente natural, para que o tal "desenvolvimento" (ou desenvolvimentismo, que seria mais apropriado) econômico possa ocorrer.

Interface humano-tecnológica

A **interface** cérebro-computador e vice-versa caminha a passos largos com as experiências neurocientíficas muitas vezes cruéis feitas com animais. a técnica se resume a inserir agulhas nos cérebros dessas cobaias despertas para tentar ouvir, rastrear, mapear e quem sabe até controlar os impulsos elétricos que compõem a atividade cerebral. nesse sentido, os pesquisadores estão próximos de poder interfacear o orgânico e o maquinico com alguma eficiência e isso terá implicações antropológicas profundas. Por um lado essas práticas abrem um horizonte enorme para a reabilitação de pessoas mutiladas e/ou portadoras de deficiências locomotoras, mas, por outro, ultrapassa a última fronteira protegida do corpo humano, e o que virá a seguir em termos de intrusividade e controle realmente não se pode prever. a pergunta central é: será que tecnologias assim funcionarão num país como o nosso, onde a saúde pública vive na penúria de verbas, equipamentos, médicos, remédios, leitos, e por vezes até hospitais? será que essas tecnologias serão acessíveis às camadas mais carentes de nossa sociedade? ou atenderão apenas a uma minoria elitizada que surfa na crista da onda tecnocientífica que aí está? eis a questão!

Corroboram essa nossa postulação - por ordem - Hugh Lacey (1939), Edgar Morin e Bruno Latour: "A cultura ocidental moderna entende-se como a portadora por excelência da racionalidade, e este autoentendimento assenta-se nos pilares gêmeos da ciência e da tecnologia"⁸. "A nova elite vive num mundo onde só é real o quantificável; crê dirigir a locomotiva irreversível do progresso; ignora qualquer outra virtude que não seja a da gestão das sociedades desenvolvidas, da inovação tecnológica, da racionalidade do mercado.

Persuadida de que detém a verdade da história, está certa de agir pelo bem geral e pede a todos que confiem no seu benevolente otimismo"⁹. "... aos poucos bem-aventurados reservam-se a invenção, a discussão e a negociação das alegações, enquanto os outros bilhões ficam sem nada mais para fazer, a não ser acatá-las como caixas-pretas ou permanecer na ignorância crassa"¹⁰. Conclusivamente, uma arguta pergunta proposta por Franklin Leopoldo e Silva (1947), cuja importância capital nós também reconhecemos, e por isso citamo-la aqui: "Até que ponto o homem pode continuar na posição de origem e finalidade de um processo que cada vez mais parece se desenvolver num ritmo próprio, nem sempre compatível com o controle que o ser humano deveria exercer sobre ele?"¹¹.

⁸ LACEY, 1998, p. 87

⁹ MORIN, 2007, p. 237

¹⁰ LATOUR, 2000, p. 275

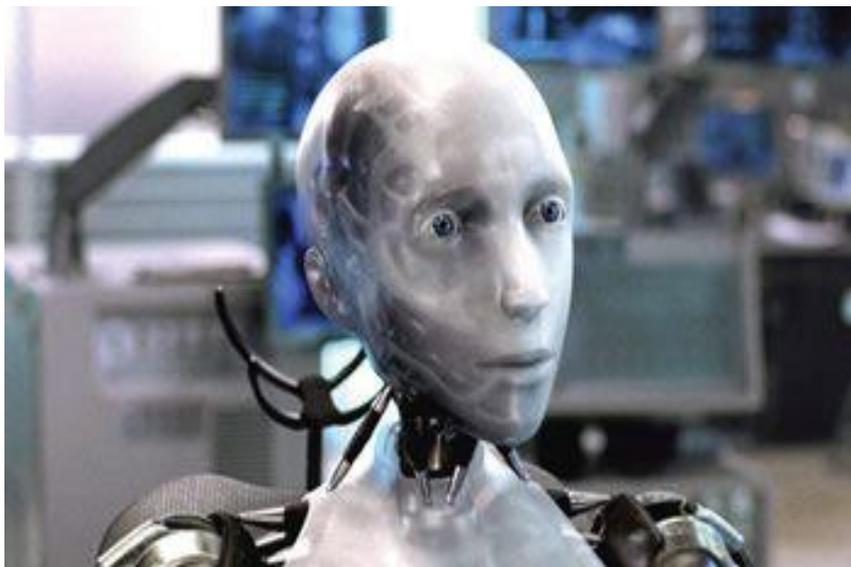
¹¹ SILVA, 2010, p. 27

INDAGAÇÃO CENTRAL

Tecnociências, meios ou fins? Essa única indagação, por si, suscita profundas reflexões. Elas versam sobre o que somos, o que construímos, o que cultuamos e valorizamos socialmente, e o principal: sobre o modo como concebemos o mundo, como vamos nos estruturando tecnicamente nele, instrumentalizando, decifrando, controlando, reproduzindo e explorando tudo que existe, inclusos aí vida e natureza, e, por isso mesmo, vamos provocando todos os tipos de disrupções pensáveis. A principal delas, no que tange tecnociências e sociedades, é a forma como percebemos a natureza. Se, na época medieval, a percepção da natureza estava ligada indissolivelmente ao sagrado, à sacralização, ao mito e à mitificação, como sabemos ser verdade nas mais diversas culturas e épocas pesquisadas da história humana, já nas Eras Moderna e Pós-moderna há uma profunda modificação dessa percepção, e a natureza passa a ser vista como um simples objeto a ser explorado, decifrado e controlado.

Ou seja, há um drástico esvaziamento simbólico de natureza e vida, e o natural torna-se, por isso, trivial, vulgar e explorável, principalmente diante das forças tecnocientíficas em franca ascensão. Trata-se de uma transformação profunda na forma como percebemos a própria realidade que nos circunda, reflexo claro daquilo que de fato somos em termos de cultura e civilização. Alberto Oliva (1950) nos informa criticamente que a natureza, nesse contexto, passa a ser vista "como objeto a ser dissecado, explicado e, quando possível e desejável, modificado com base nos interesses maiores da humanidade"¹².

¹² OLIVA, 2003, p.17



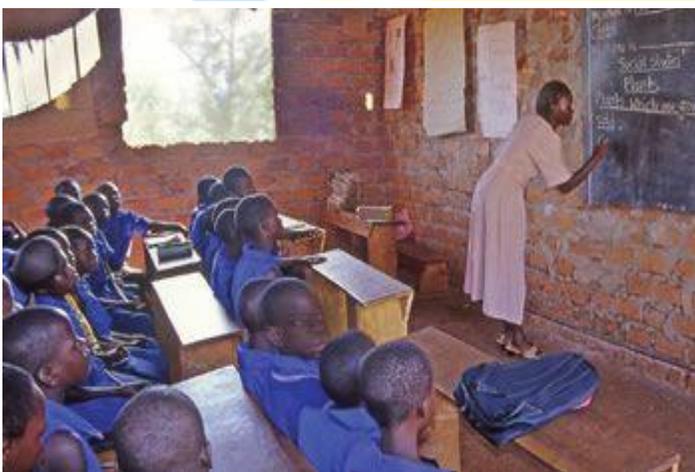
UMA LÓGICA FRÁGIL E REDUCIONISTA

No filme de ficção científica "Eu, Robô" (2004), dirigido por Alex Proyas, temos uma típica crise de controle semelhante às que deveremos encontrar daqui para frente com os desenvolvimentos exponenciais das Inteligências Artificiais

A lógica, predominantemente tecnicista, parte dos pressupostos equivocados de que (1) absolutamente tudo (teoricamente) pode ser solucionado por meio de invenção e aplicação de tecnologias, inclusive aí problemas de ordem social, política e ecológica, e que (2) desenvolvimento tecnológico, logo material, possa significar, necessariamente, desenvolvimento humano, nomeadamente para a maioria dos seres humanos, e que (3) haveria um

determinismo inalienável no sentido de que as tecnologias vão determinando as sociedades, numa via impositiva de mão única e que (4) o inverso (sociedades escolhendo e determinando suas tecnologias) não seria verdadeiro; o que, de fato, não condiz com a própria realidade sociotécnica que se consolida ao nosso redor. Pois, se (1) as tecnologias abrem portas, facilitando a nossa vida, também fecharam outras, dificultando-a em diversos setores importantes do cotidiano, como é o caso das degradações ecológicas oriundas da poluição e as desigualdades sociais, provocadas pela concentração de poder e riquezas. Kneller concorda e afirma que "a tecnologia tanto abre portas como as fecha.

AO INSTRUMENTALIZARMOS A NATUREZA, A VIDA E OS CORPOS - HUMANOS OU NÃO -, INSTRUMENTALIZAMOS TAMBÉM O NOSSO OLHAR DIANTE DESSES ELEMENTOS



Em termos gerais, seguindo a lógica capitalista, apenas aqueles que têm de médio a alto poder aquisitivo podem usufruir dos benefícios resultantes dos avanços tecnológicos

podem pagar para adquiri-lo. Além disso, (3) tecnologia, objetivamente, significa poder, o qual se revalida socialmente a todos os instantes, já que não existem alternativas consistentes à via tecnológica, e o desenvolvimento e uso indiscriminado e acrítico de tecnologias é praxe em nossa sociedade, o que acaba determinando a própria forma de estruturação tecnossocial cotidiana, tornado-a, inexoravelmente, mais tecnológica e menos humana (ou natural). E, por fim, (4) sociedades criam tecnologias que transformam e determinam essas mesmas sociedades, mas sempre se encontram em aberto as retroinfluências possíveis também no sentido inverso de determinação (sociedades-tecnologias), ou seja, cabe-nos, como criadores delas, questionar, entender, avaliar, criticar, escolher e, na medida do possível, nos apropriar das tecnologias que devem ou não ser empregadas socialmente.

¹³ KNELLER, 1980, p.259

REDETERMINAÇÕES TECNOCÊNTRICAS



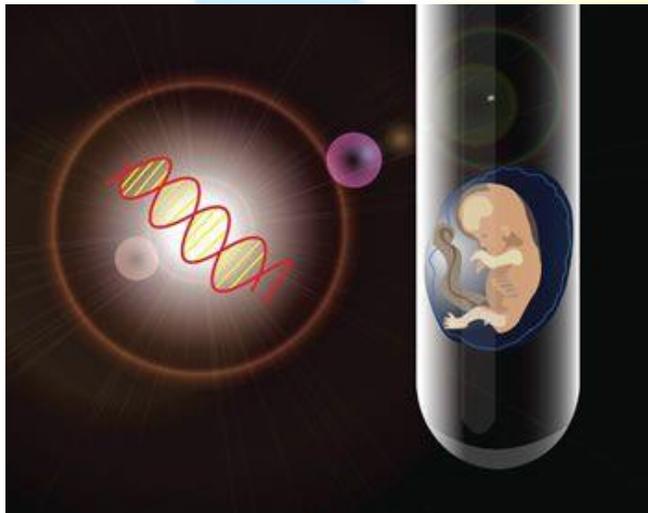
A tecnologia não pode ser posta em funcionamento ou paralisada a qualquer instante; ela possui impulso interior que lhe é próprio. E o homem parece ser refém desses impulsos

E é justamente por causa desse tipo de determinismo monístico do tecnológico que o lixo, o luxo, o futuro, a saúde, a agricultura, a guerra, a vida, a procriação humana, animal, a condição ontológica das pessoas, a geopolítica planetária, a segurança nacional são campos e âmbitos que vão sendo reconcebidos e redeterminados segundo a ótica e a lógica tecnicista. Outro campo altamente tecnológico é o da medicina (com suas terapias médicas e fármacos), que vai incorporando técnicas e tecnologias de ponta em seu cotidiano, desde o diagnóstico até o tratamento, passando a

determinar a forma como o ser humano e o corpo são percebidos e compreendidos, sempre por meio da infraestrutura técnica que esses mesmos campos de pesquisa criam e utilizam socialmente. Com as amplas e, até certo ponto, temíveis possibilidades técnicas suscitadas pela Genética, bioengenharias e transgenias, por exemplo, desestabiliza-se inclusive o estatuto da individualidade. Como já escrevemos em artigo intitulado Determinados por nosso próprio determinismo, "as consequências e desdobramentos destes novos modelos de virtude baseadas no maquínico e tecnológico serão sentidos não só no campo simbólico, mas também no campo prático da vida humana cotidiana"¹⁴. Além dos infindáveis dilemas morais que essas novas práticas suscitam, em termos de (I) intrusividade, (II) determinismo e (III) reducionismo, já que invadem a biologia humana (I), e determinam algumas de suas peculiaridades (II), e o fazem partindo de um pressuposto errôneo de que um ser humano poderia ser considerado o resultado de partes genéticas isoladas e manipuláveis intencionalmente (III). Como lemos em Oliva, "discute-se cada vez mais os benefícios que a aplicação dos novos conhecimentos, sobretudo os gerados pela engenharia genética, podem trazer para a humanidade e as questões espinhosas que suscitam"¹⁵.

14 QUARESMA, 2012, p. 14

15 OLIVA, 2003, p. 18



AS TECNOCIÊNCIAS PODEM SER CONSIDERADAS FINS QUANDO O PROCESSO POLÍTICO DECISÓRIO DE ESCOLHA E IMPLEMENTAÇÃO É IMPERMEÁVEL AO CONTROLE SOCIAL NOVAS INSTRUMENTALIZAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES

A escolha da cor de pele, dos olhos até mesmo do sexo do bebê não é tarefa difícil atualmente para a Ciência

O que não se percebe numa primeira mirada é que, ao instrumentalizarmos a natureza, a vida e os corpos - sejam eles humanos ou não -, instrumentalizamos também, num só golpe, o nosso olhar diante desses elementos e entidades tão importantes que nos perfazem íntima e substancialmente. Por isso, redeterminar o estatuto da natureza viva e do ser humano, como objetos passíveis de exploração sem entraves, limites ou interditos, abre uma gigantesca eclusa, pela qual passarão também uma série de

práticas tecnicistas repugnantes e até indignas, que invadem, determinam e reduzem o valor e significado de natureza, pessoa humana e vida. E mais: podem surgir daí, dessa devassa e intrusividade genética, uma série de novos preconceitos e discriminações que podem ser extremamente prejudiciais às nossas sociedades. Em Crítica sobre a origem e os fundamentos da nova desigualdade entre os homens, afirmamos veementemente que "poder enxergar, por exemplo, a bagagem genética das populações mundiais significa, igualmente, poder controlar, manipular, dispor, comercializar e, por que não dizer, discriminar, já que a lógica subjacente ao jogo em voga é a da eficiência exploratória comercializável"¹⁶. As tecnologias, oriundas das tecnociências, ao mesmo tempo em que nos

instrumentalizam perante o mundo e o meio circundante, de igual modo nos tornam dependentes e absortos em suas próprias lógicas estruturantes, irrevogavelmente técnicas, reformando o nosso próprio estatuto diante do mundo e do universo. Apresentar objeções e críticas a esse recursivo e imprevisível processo de aceleração tecnológica, dessenvolvendo tecnológico a se reinventar e se potencializar a todos os instantes, pode denotar um contrassenso, significar descrédito para o criticante, podendo até desqualificar o seu discurso, pois as tecnociências e os próprios objetos técnicos, em si, sejam eles quais forem, gozam de uma unanimidade e aceitação acrítica tão profunda e capilarizada, que, de certa maneira torna-se até prejudicial à própria sociedade. Por isso, "em virtude de seu sucesso, a ciência natural moderna adquiriu um tipo de autoridade tal que muitos a veem como uma prática cognitiva exemplar, o paradigma da racionalidade, legitimando assim seu avanço imperialista sobre outros domínios, inclusive o dos fenômenos humanos"¹⁷. O que queremos dizer (e frisar) é que o controle da tecnologia tem determinado não só a plataforma tecnológica a ser utilizada, comercial e industrialmente pelas massas, mas principalmente a prevalência de certos valores que não são definitivamente aqueles que privilegiam as maiorias e as coletividades humanas.

¹⁶ QUARESMA, 2012, p. 7

¹⁷ LACEY, 1998, p. 161



A melhoria da saúde e a proteção contra doenças estão entre os benefícios que os avanços científicos podem oferecer. Mas eles superam o que a tecnologia pode fazer de mal ao ser humano?

que aceitamos socialmente de bom grado e ainda pagamos caro para poder obter e consumir tecnologias, ou seja, fazemo-lo voluntária e livremente, por vontade própria. Assim, as tecnociências podem ser consideradas fins em si mesmas justamente quando o processo político decisório de escolha e implementação se constitui impermeável ao controle social.

Se as tecnociências e seu legado, as tecnologias, são cruciais e até determinantes na estruturação e consolidação das realidades sociotécnicas que aí estão, e são responsáveis por muito mais do que instrumentalizar nossas sociedades, torna-se sumamente importante compreendermos, criticarmos, sabermos escolher e, sempre que possível, apropriarmos-nos dessas mesmas tecnologias. Conclusivamente, em uníssono com Kneller, "Somente um público cientificamente informado pode debater as múltiplas ramificações da Ciência e da tecnologia na vida cotidiana, sem ceder a um otimismo superficial ou à hostilidade frenética"¹⁸.

¹⁸ KNELLER, 1980, p. 293

REFERÊNCIAS

- JONAS, H. **O princípio responsabilidade - ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: PUC, 2006.
- KNELLER, G. F. **A ciência como atividade humana**. São Paulo: Zahar editores, 1980.
- LACEY, H. **Valores e atividade científica**. Coleção Filosofia da ciência e epistemologia. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- LatoUR, B. **Ciência em ação - como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra**. São Paulo: editora UnesP, 2000.
- MORIN, E. **O método 2: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina/Meridional, 2001.
- _____. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina/Meridional, 2007.

_____. **O método 6: Ética**. Porto Alegre: Sulina/Meridional, 2007.

OLIVA, A. (2003) *Filosofia da ciência*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2003.

QUARESMA, alexandre. **Determinados por nosso próprio determinismo**. In IV Congresso Internacional sobre Ciência e Sociedade. Berkeley, Estados Unidos, 2012.

_____. **Crítica sobre a origem e os fundamentos da nova desigualdade entre os homens**. In IX Jornadas Latinoamericanas de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología - ESOCITE. cidade do México, México, 2012. <http://pt.scribd.com/doc/93571357/Programa-ESOCITE-2012-Desglosado> isBn: 978-607-02-3278-7.

SILVA, F. L. e. Revista MSG, número 3, ano i, **Humano, transumano, pós-humano**. São Paulo: Lazuli, 2010.

SIMONDON, G. **El modo de existencia de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

ALEXANDRE QUARESMA é escritor e pesquisador de tecnologias e consequências socioambientais, membro da renanoma, vinculado à FDB, e membro do conselho editorial de ciência e sociedade da revista internacional de ciência e sociedade, do Common Ground Publishing. **Revista FILOSOFIA, Outubro de 2013.**

Autonomia X Segurança (MICHEL ALECRIM)

Lugares invioláveis por lei, as universidades enfrentam uma onda de crimes que pode levar à necessidade de se repensar o sistema de segurança do ambiente acadêmico



ESCALADA - A UFRJ registrou este ano 33 furtos de carros. No ano passado todo foram oito

O ÚLTIMO 11 de setembro foi o dia do terror para a professora M., de 43 anos, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela ficou em poder de sequestradores armados por quase duas horas e meia, enquanto os bandidos sacavam dinheiro e faziam compras no seu cartão. M. foi rendida no estacionamento da faculdade, de dia, e liberada quase à noite, na Baixada Fluminense. A professora é mais uma das muitas vítimas de crimes praticados em cidades universitárias – grandes áreas com autonomia administrativa e acadêmica assegurada pela Constituição Federal. Mas a autonomia que garante a não interferência na produção e ensino do conhecimento é a mesma que, hoje, não permite a entrada de polícia em território acadêmico. A aversão por homens armados e fardados vem do período da ditadura, quando faculdades eram invadidas, pessoas eram presas e desapareciam. Mas, na democracia, essa conquista de valor inquestionável tem levantado polêmica, uma vez que a escalada criminoso no ambiente universitário só cresce.

A UFRJ é uma das poucas que contabilizam e divulgam as estatísticas, porém muitos fatos não chegam a ser notificados, como o número de estupros. Mas os furtos de carros, sempre registrados (por causa do seguro), servem de termômetro: entre janeiro e agosto deste ano foram 33, contra oito no mesmo período do ano passado. “Os campi não podem mais ser tratados como lugares invioláveis ou santuários. É inevitável que haja segurança pública também nesses espaços. Isso não ocorre porque há um preconceito ideológico gerado na ditadura”, avalia o professor de administração pública da Universidade Mackenzie Rio, Newton Oliveira. Depois que o aluno de engenharia Denis Papa Casagrande, 21 anos, foi morto com uma facada na madrugada de 21 de setembro na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a reitoria pediu reforço à Polícia Militar, e as rondas, que eram esporádicas, foram intensificadas. O casal suspeito do crime está preso. “Não é intenção da universidade ter uma base da polícia dentro do campus, mas avaliamos falhas para saber que medidas tomar. De qualquer forma, precisaremos de fato do auxílio da PM e da Guarda Municipal”, explicou a pró-reitora de Desenvolvimento Universitário, Teresa Dib Atvars. Os estudantes não concordam com a medida. Na quinta-feira 3, eles invadiram a reitoria para protestar contra a presença de policiais no ambiente acadêmico.



NA USP - O estudante de biologia Pedro Vidal já foi assaltado. A PM está mais presente, mas ele critica as ruas mal iluminadas e a falta de ônibus à noite

A Unicamp já conta com 252 vigilantes e 262 câmeras. Por ano, há, em média, dez furtos de carros. No ano passado, foram furtadas 90 bicicletas. No entanto, muitos temem pela presença de policiais no campus. “Eles (PMs) passam com cachorros. É amedrontador. Estão usando o crime como pretexto para a militarização”, diz a estudante Mariana Toledo, coordenadora do Diretório Central Acadêmico da Unicamp. Para o sociólogo e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Gláucio Soares, a reação da estudante é previsível, pois universitários, historicamente, têm aversão à polícia. “O criminoso sabe perfeitamente das vulnerabilidades dos campi e sabe que nesses lugares há pessoas com alto poder aquisitivo. O potencial para a criminalidade é muito grande”, avalia.

A UFRJ contratou 20 profissionais de segurança que passaram a fazer, desde o mês passado, rondas em bicicletas, e um dos acessos foi fechado. A Polícia Militar circula pelas principais vias do Fundão – nome da ilha na qual está localizada a UFRJ, na zona norte carioca –, mas está impedida de adentrar nas faculdades e em algumas áreas, como o estacionamento, onde ocorrem muitos crimes. Sequestrado em 2011 pela manhã enquanto estacionava o carro, um estudante de engenharia de 25 anos, que pede anonimato, acredita que nada disso vai adiantar. “Na delegacia me disseram que não podiam fazer nada porque as imagens das câmeras não têm definição”, lamenta o jovem, que ficou quatro horas sob a mira de armas.

NA UNICAMP Denis Casagrande (à dir.) foi morto durante uma festa na universidade. Na quinta-feira 3, estudantes invadiram a reitoria para protestar contra a presença da PM



A própria universidade registrou nove sequestros desse tipo no ano passado e sete este ano. Uma aluna do Centro de Tecnologia, que também não quis se identificar, contou que um bandido a espancou, em 2012, e que quase foi levada por eles. "Pulei do carro e saí correndo. Depois, na delegacia disseram que não tinham muito o que fazer e que os sequestros são frequentes no Fundão", lamenta ela, até hoje traumatizada. O delegado José Otilio Bezerra, titular da 37ª DP, na Ilha do Governador, diz que muitas vítimas não registram os casos na delegacia, o que prejudica a investigação, a prisão dos criminosos e o conhecimento do tamanho do problema. No caso dos sequestros relâmpago, é comum que sejam notificados perto de onde a pessoa é solta. "Fiz um levantamento e só encontrei cinco roubos no Fundão este ano. Assim, fica mais difícil identificar as quadrilhas", explica o delegado.



NA UFRJ - Aluna do Centro de Tecnologia apanhou de um bandido no ano passado numa tentativa de sequestro. Ela conseguiu escapar e deu queixa na delegacia

Na Universidade de São Paulo (USP), a PM já atua há dois anos, apesar dos protestos de boa parte dos alunos. O estudante de biologia Pedro Vidal, 20 anos, acredita que a sensação de insegurança é a mesma e há ruas mal iluminadas e falta de ônibus à noite. "Estava no ponto com mais quatro pessoas e fomos todos assaltados. Depois, soube que no mesmo lugar voltaram a roubar outras vezes", conta. A universidade começou a implantar nova iluminação no campus do Butantã, na zona oeste da capital, na quarta-feira 25. O primeiro local beneficiado foi a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), onde foi morto o estudante Felipe Ramos de Paiva em 2011. Ao todo, serão gastos R\$ 40 milhões em toda a Cidade Universitária.

As instituições privadas também são vítimas. No início de setembro, um assaltante armado chegou a invadir uma sala de aula do curso de comunicação social da Pontifícia Universidade Católica (PUC), de Porto Alegre, e levou tudo o que podia dos alunos. A instituição admitiu que o esquema de segurança está sendo reforçado, com mais câmeras e criação de um número de telefone específico para emergências. O desafio é saber como assegurar a autonomia sem que os campi se transformem em território sem lei.

SANTUÁRIO ACADÊMICO

A autonomia universitária é a soberania administrativa, política e disciplinar em um instituto superior de ensino. O objetivo é evitar que universidades sofram pressões partidárias, militares ou religiosas. Reitores deliberam também sobre a segurança pública dos campi



As instituições de ensino superior ganharam autonomia com o Decreto 8.659 de 1911

O governo Getúlio Vargas reforçou a autonomia às federais e incluiu as universidades estaduais através do Decreto 19.851 de 1931

A Lei 4.024, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, manteve a independência

O regime militar, por intermédio da Lei 5.540, de 1968, manteve o poder dos reitores de zelarem pela ordem, mas a nomeação deles passou a caber ao presidente da República

Entre 1968 e 1978 houve invasões a universidades, suspensão de alunos e professores

A Constituição de 1988 voltou a dar autonomia total às universidades brasileiras. A inviolabilidade dos campi passou a ser uma questão de honra e democratização

MICHEL ALECRIM é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista ISTO É, Outubro de 2013.**

É hora de defender o Brasil (LUIS CARLOS HEINZE)

O PRINCÍPIO da legalidade no Brasil é o de que a administração nada pode fazer senão o que a lei determina - e essa é justamente uma das principais garantias do cidadão. Esse preceito, porém, não é observado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que, de forma arbitrária e ideológica, desrespeita até a Constituição. Impedir que seus atos sejam analisados por outros órgãos, como faz com o apoio do Ministério Público, é ainda uma afronta ao sistema democrático.

Com insistência, a Funai identifica pretensas terras indígenas por meio de procedimentos administrativos de natureza inquisitória. O resultado é a insegurança jurídica. O direito ao contraditório e à defesa foram extintos. A perda da propriedade é a pena imposta a legítimos detentores de terras, de forma afrontosa à cláusula pétrea do dispositivo constitucional. Demarcações fundamentadas em estudos antropológicos superficiais, sem a necessária isenção, e laudos tendenciosos e fraudulentos prevalecem na farsa indigenista. A evidência é tanta que a Procuradoria-Geral da República firmou acordo com a Associação Brasileira de Antropólogos e a Funai contrata apenas os profissionais sugeridos para desenvolver seus estudos, que são, claro, favoráveis aos indígenas.

Apoiada por interesses de ONGs, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e por setores do Ministério Público, a Funai se porta como um poder judiciário paralelo - ela mesma denuncia, julga e condena. Com tantas irregularidades, apropriação de poderes e interpretações equivocadas, defendemos a aprovação da PEC 215 para esclarecer o que a carta magna estipula: é o Congresso Nacional que disciplina os bens da União. E o que são terras indígenas? Bens da União. Resta óbvio que os limites desses territórios são de competência do Legislativo. A PEC só faz reafirmar esse poder.

Também discutimos a regulamentação do artigo 231 da lei suprema para impor um marco temporal às demarcações, por meio do projeto de lei complementar (PLP) 227/12. Que mais uma vez é redundante: a Carta de 88 é claríssima ao expor que "a União concluirá as demarcações das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da

Constituição". Constitucionalmente, esse é o prazo legal para as delimitações e deve ser respeitado rigorosamente. Hoje, 25 anos após a promulgação, existem mais de 500 processos em andamento, e a cada dia surge um novo.

Segundo a Funai, há no Brasil 110 milhões de hectares reconhecidos como terras indígenas - 13% do território brasileiro - para atender uma população que não ultrapassa 900 mil índios - 0,4% da população. Não bastasse, a Funai ainda quer mais 40 milhões de hectares - e não haverá limites, se não barrarmos o abuso. Mais estranho ainda é o apoio do Ministério Público à Funai, ao desmerecer seu papel institucional de guardião da Constituição. É chegada a hora de defendermos o Brasil. Nós, deputados e senadores da Frente Parlamentar da Agropecuária, vamos impor esse respeito, para o bem do país e de seus cidadãos.

LUIS CARLOS HEINZE, 63, é engenheiro agrônomo, deputado federal (PP-RS) e líder da Frente Parlamentar da Agropecuária. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Os vazamentos do dinheiro público (LADISLAU DOWBOR)

As eleições nos custam R\$ 2 bilhões, é até pouca coisa. Mas a manipulação permitida nos custa centenas de bilhões por meio dos mecanismos que se tornaram legais ou de difícil controle judiciário. A deformação do sistema tributário desonera os muito ricos e fragiliza o setor público, reproduzindo a desigualdade



O BRASIL não é pobre. Mas seus recursos são frequentemente mal utilizados, ou desviados, vazando pelas numerosas brechas, legais ou ilegais, quando poderiam ser produtivos. E não se trata de, como sempre, culpar o governo: são articulações públicas e privadas que deformam o processo decisório. Seguir o dinheiro ajuda a entender a dinâmica tanto deste como das deformações políticas. Cada um de nós conhece alguns aspectos e suspeita de outros. Mas vale a pena descrever os principais mecanismos e ver como se articulam.

A compra das eleições

Os grandes vazamentos não se dão, de forma geral, por meios ilegais, pois são praticados por grupos suficientemente poderosos para adaptar a legalidade aos seus interesses. O ponto de partida, portanto, está na apropriação da máquina que faz as leis. No Brasil, a lei que libera o financiamento das campanhas por interesses privados é de 1997.¹ Quanto mais cara é a campanha, mais o processo é dominado por grandes financiamentos corporativos e mais a política se vê colonizada. O resultado é a erosão da democracia e custos muito mais elevados para todos, já que os gastos com as campanhas são repassados para o público por meio dos preços. Nos Estados Unidos, onde um sistema semelhante foi instalado em 2010, Hazel Henderson comenta: "Temos o melhor Congresso que o dinheiro pode comprar".

Os grupos econômicos podem contribuir com até 2% do patrimônio, o que representa muito dinheiro. Os professores Wagner Pralon Mancuso e Bruno Speck, respectivamente da USP e da Unicamp, estudaram os impactos. "Os recursos empresariais ocupam o primeiro lugar entre as fontes de financiamento de campanhas eleitorais brasileiras. Em 2010, por exemplo, corresponderam a 74,4%, mais de R\$ 2 bilhões, de todo o dinheiro aplicado nas eleições (dados do Tribunal Superior Eleitoral)."²

O custo das campanhas é até, em termos relativos, um mal menor se comparado aos custos de uma política estruturalmente deformada. Na realidade, é um desencadeador de deformações. A representação desequilibrada gerou um sistema tributário que onera proporcionalmente os mais pobres, levando à reprodução da desigualdade. Criou-se também uma cultura de superfaturamento de obras que a colusão entre políticos e grandes empreiteiras permite. Mais grave ainda, deforma-se o uso final dos recursos, por exemplo, com priorização do transporte individual

nas grandes cidades ou do transporte rodoviário para transporte de carga, e assim por diante. E, em termos políticos, o sistema corrói o processo democrático ao gerar uma perda de confiança popular na política em geral.

O sistema gerou sua própria legalidade. Em 1997, transformou-se o poder financeiro em direito – o direito de influenciar as leis, às quais seremos todos submetidos. Ético mesmo é reformular o sistema e acompanhar os países que evoluíram para regras do jogo mais inteligentes e limitaram drasticamente o financiamento corporativo das campanhas.

A armadilha da dívida pública

Acostumamo-nos a que tipicamente 5% de nosso PIB seja desviado via governo para intermediários financeiros, sem que produzam nada. Pelo contrário, desviam-se os recursos do investimento produtivo para a aplicação financeira. Para cobrir os juros sobre a dívida, o governo FHC elevou a carga tributária de 26% para 32% do PIB. De algum lugar tinha de vir o dinheiro.

No momento em que Lula assumiu o governo, em 2003, a taxa Selic estava em 24,5%. Em junho de 2002, a dívida pública tinha chegado a 60% do PIB; hoje está mais próxima de 35%, e os juros pagos sobre a dívida baixaram para menos de 10%, mas o estoque da dívida é maior. Foi fácil abrir a torneira, fechá-la é muito mais complicado. Em comparação, a taxa oficial de juros praticada internacionalmente é da ordem de 0,5% a 2%. A partir do governo Lula, o sistema foi sendo gradualmente controlado. Ainda assim, é uma transferência de dinheiro público para não produtores que se conta, como ordem de grandeza, em algo como R\$ 150 bilhões por ano. É um sistema legal conseguido por meio do apoio político comprado com dinheiro corporativo e repassado ao consumidor nos preços que paga. Para os grupos que vivem de renda financeira, e não de produção, em vez de ir contra a lei, é mais prático fazer a lei ir ao seu encontro.

No braço de ferro que hoje se desenrola, a cada vez que se baixa meio ponto da Selic, o mundo financeiro grita na mídia, todos ameaçam com a inflação, pedem “responsabilidade” ao governo, conseguindo inclusive reverter o processo de baixa. A evolução é resumida por Amir Khair: “A dívida líquida do setor público foi marcadamente influenciada pela Selic. No início do governo FHC estava em 28% do PIB e, mesmo com a megavenda de patrimônio público com privatizações, ao final do governo chegou a 60,4%. A elevada Selic foi a responsável por isso. No final do governo Lula, tinha baixado para 39,2% e em julho estava em 34,9%. Caso a Selic continue caindo, é capaz que ao final do governo Dilma seja possível retornar próximo da que estava no início do governo FHC”.³

Uma monumental transferência de recursos públicos para rentistas que, além de nos custar muito dinheiro, desobriga os bancos de fazer investimentos produtivos que gerariam produto e emprego. É tão mais simples aplicar nos títulos, liquidez total, risco zero. Realizar investimentos produtivos, financiando, por exemplo, uma fábrica de sapatos, envolve análise de projetos, acompanhamento, enfim, atividades que vão além de aplicações financeiras.

A manipulação dos juros comerciais

Os intermediários financeiros e rentistas não se contentam com a Selic, taxa de juros oficial sobre a dívida pública. Recorrem a um segundo mecanismo, que é a fixação de elevadas taxas de juros ao tomador final por bancos comerciais, mecanismo diferente da taxa Selic, tanto assim é que a Selic baixou radicalmente diante dos 25-30% da fase FHC para os 8,5% atuais, sem que houvesse redução significativa dos juros dos bancos comerciais.

Naturalmente, os bancos comerciais, como entidades privadas, afirmam que são livres para praticar os juros que quiserem. A coisa não é assim, por uma razão simples: como trabalham com dinheiro do público, e não deles, devem seguir regras definidas pelo Banco Central, e mesmo um banco privado precisa de uma carta-patente que o autorize a funcionar dentro de certas regras. Estas, naturalmente, vão depender da capacidade de pressão política.

Como se trata de dinheiro do público apropriado diretamente pelos intermediários financeiros, sem mediação do governo, poderíamos achar que não é desvio de dinheiro. De certa forma, quando tiram nosso dinheiro sem a ajuda de um político, seria por assim dizer mais limpo. Habilidade de um lado, ingenuidade ou impotência do outro, mas não corrupção. Essencial para nós é que só se podem sustentar no Brasil juros tipicamente dez vezes maiores (dez vezes, não 10% a mais) em relação aos praticados internacionalmente mediante apoio político. E, como durante longo tempo tivemos banqueiros na presidência do Banco Central, montou-se mais um sistema impressionante de legalização do desvio de nosso dinheiro. Essa “ponte” entre o político e o comercial precisa ser explicitada.⁴

O artigo 170 de nossa Constituição define como princípios da ordem econômica e financeira, entre outros, a função social da propriedade (III) e a livre concorrência (IV). O artigo 173, no parágrafo 4º, estipula que “a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”. O parágrafo 5º é ainda mais explícito: “A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular”. Cartel é crime. Lucro exorbitante sem contribuição correspondente produtiva será “reprimido pela lei” com

"punições compatíveis". Estudo do Ipea mostra que a taxa real de juros para pessoa física (descontada a inflação) cobrada pelo HSBC no Brasil é de 63,42%; no Reino Unido, é de 6,6% (no mesmo banco, para a mesma linha de crédito). Para o Santander, as cifras correspondentes são 55,74% e 10,81%. Para o Citibank, são 55,74% e 7,28%. O Itaú cobra sólidos 63,5%. Para pessoa jurídica, área vital porque se trataria de fomento a atividades produtivas, a situação é igualmente absurda. O HSBC, por exemplo, cobra 40,36% no Brasil e 7,86 no Reino Unido.⁵

No conjunto, trata-se de um desvio de dinheiro da economia real, via uma forma institucional ilegal, que é a "dominação dos mercados, eliminação da concorrência e aumento arbitrário dos lucros" que a Constituição condena em termos inequívocos. Diante dos números, há alguma dúvida quanto à ilegalidade? Não há notícias de julgamento a esse respeito, e sim de muitas denúncias no Procon, Idec e outras instituições, e milhões de pessoas se debatendo em dificuldades. O Serasa-Experian, hoje empresa multinacional, guardiã da moralidade financeira, decreta que brasileiros passam a ter o nome sujo, ou seja, pune quem não consegue pagar os 238% hoje cobrados no cartão, e não quem os cobra.

Os paraísos fiscais

Um dos efeitos indiretos da crise mundial é que há um forte avanço recente no estudo dos grandes grupos econômicos e das grandes fortunas. Aliás, o imenso esforço de comunicação destinado a atribuir a crise financeira mundial ao comportamento irresponsável dos pobres, seja nos Estados Unidos ou na Grécia, é patético. Um estudo que sobressai, de autoria do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica (ETH, na sigla alemã), constatou que 147 corporações, das quais 75% são grupos financeiros, controlam 40% do sistema corporativo mundial. Num círculo um pouco mais aberto, 737 grupos controlam 80%. Nunca houve, na história da humanidade, nada de parecido com esse nível de controle planetário por meio de mecanismos econômicos e financeiros. A apropriação ou no mínimo fragilização das instituições políticas perante esses gigantes torna-se hoje fato comprovado.⁶

Corroborando essa pesquisa, e focando inclusive em grande parte os mesmos bancos, temos hoje outra pesquisa de grande porte, liderada por James Henry, ex-economista-chefe da McKinsey, e realizada no quadro da Tax Justice Network. Em termos resumidos, o estoque de recursos aplicados em paraísos fiscais é hoje da ordem de US\$ 21 trilhões, um terço do PIB mundial. O Brasil participa generosamente com cerca de US\$ 520 bilhões, mais de R\$ 1 trilhão, cerca de um quarto do nosso PIB. São dados obtidos por meio de cruzamento de informações dos grandes bancos, do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) da Basileia, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, de bancos centrais e de várias instituições de pesquisa ou de controle. Nada de invenções: trata-se no essencial de juntar os dados de forma organizada, com metodologia clara e transparente, e indicações da relativa segurança ou insegurança dos dados a cada passo. Essa peça informativa fazia muita falta, e passamos agora a ver o que acontece com tanto dinheiro ilegal que resulta das várias formas de corrupção.⁷ A economia trata da alocação racional de recursos. Aqui há pouca racionalidade, a não ser que olhemos da perspectiva dos que deles se apropriam. As eleições nos custam R\$ 2 bilhões, é até pouca coisa. Mas a manipulação permitida nos custa centenas de bilhões por meio dos mecanismos que se tornaram legais ou de difícil controle judiciário. A deformação do sistema tributário desonera os muito ricos e fragiliza o setor público, reproduzindo a desigualdade.

A irracionalidade das infraestruturas custa bilhões e nos atinge a todos, gerando um país de altos custos. Os cerca de R\$ 150 bilhões de juros pagos a rentistas são um desvio radical de dinheiro que poderia ser transformado em investimentos. Os imensos recursos que constituem nossas poupanças depositadas em bancos poderiam servir ao fomento econômico, e não à agiotagem com as taxas de juros praticadas. O escoamento dos recursos gerados para paraísos fiscais, cerca de R\$ 1 trilhão acumulados no caso do Brasil, nos priva de recursos necessários ao desenvolvimento, sustenta uma ilegalidade que virou cultura e deforma profundamente tanto o sistema político como o econômico. São as regras do jogo que estão viciadas.

LADISLAU DOWBOR é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia, e professor titular da PUC-SP. É autor de *A reprodução social e Democracia econômica - um passeio pelas teorias* (contato <http://dowbor.org>). Ilustração: Daniel Kondo. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Outubro de 2013.**

Uma mulher linda (LUIZ FELIPE PONDÉ)

RECENTEMENTE participei de um debate sobre a trilogia "Cinquenta Tons". Muitas críticas: típico best-seller que identifica um drama universal (o amor) e propõe uma solução "easy" (seja sadomasô light e o casamento virá); a srta. Steele (a heroína) não está a altura de Lady Chatterley (de D.H. Lawrence) nem das irmãs Justine e Juliette (do Marquês de Sade) nem da personagem de "História de O" (de Anne Desclos, sob o pseudônimo Pauline Réage), porque a srta. Steele se vende por um MacBook Pro, enquanto as outras são para valer. Tudo verdade.

O maior pecado de "Cinquenta Tons" é que ele vende uma fantasia: o homem ideal. Christian Grey é rico, bonito, inteligente, viril, experiente. Mas o fato é que as mulheres desejam mesmo homens fortes, viris, sensíveis até a página três, ricos não só de grana. Enfim, "Cinquenta Tons" vende porque fala para todas as mulheres, bobas, ignorantes, cultas ou críticas. Mas, como virou moda mentir, ninguém confessa. Dias depois do debate, revi um filme idiota americano (como "Cinquenta Tons"), em que um milionário fodão (interpretado por Richard Gere) contrata uma garota de programa (Julia Roberts, ah! Se todas fossem iguais a você, Julia, que maravilha viver...) e acabam se apaixonando. Claro, o filme é "Uma Linda Mulher". A fórmula clara da gata borralheira do sexo que vira a esposa Cinderela.

Mas o longa é muito mais do que isso. Diante da crítica histórica de que é mais um filme machista (que sono...), vale notar que ele faz a pergunta que mata de medo as mulheres: afinal, o que quer o homem numa mulher? Dirão as apressadas que o homem quer que a mulher traga uma cerveja e venha pelada. Errado: melhor de calcinha e salto alto. Seria a superficialidade masculina o último bastião da ideologia "dominante"? Bastião este que agrada a todas as mulheres porque as acalma: os homens só querem uma bunda!

O filme toca num tema atávico que deixa mesmo as meninas "críticas" de cabelo em pé: seria a garota de programa a mulher ideal? O personagem de Gere é fodão. Ele sabe o que os fodões sabem: o mundo é repetitivo, e as pessoas são previsíveis. Querem dinheiro, reconhecimento e "serviços", e fazem qualquer coisa para conseguir, embora neguem. Se, no fundo, todos estão à venda por "um programa" de sucesso, melhor sair com alguém mais honesto: a garota de programa é a mulher menos cara do mundo. Ela "só" quer dinheiro, e isso às vezes é uma bênção. Ela é a mulher ideal porque é a única diante da qual o homem relaxa.

Afinal, o que quer o homem numa mulher? Num dado momento do filme, Gere diz à bela Roberts: "As pessoas são previsíveis, mas você me surpreendeu" (não vou contar detalhes). Não devemos menosprezar essa fala e o que acontece depois, o apaixonar-se pela garota de programa. Gere sabe o que diz: as pessoas são mesmo previsíveis. Mas hoje a moda é dizer que são todas "únicas". La Roberts encanta o fodão porque ela não é óbvia, e a mulher óbvia só quer fodões. Graças a ela, ele rompe o ciclo da desconfiança causada pela obviedade das mulheres, e graças a ele, ela se cansa de ser puta, porque a puta não é uma mulher de verdade.

Os homens sentem que as mulheres querem deles apenas sucesso (em todos os sentidos). Mas hoje virou moda dizer que isso não é verdade. Ficou pior porque continua sendo verdade, mas, quando o cara sente isso, ele deve se sentir um machista porque sabe disso. O homem quer uma mulher para quem ele não tenha que ser o sr. Grey, mas a mulher não perdoa um homem fraco. A garota de programa perdoa porque "só" quer dinheiro. A fraqueza masculina aniquila o desejo da mulher. Mas, como essa mulher ideal não existe (assim como o sr. Grey), o ideal acaba ficando colado ao corpo irreal da namorada "paga". Mesmo sabendo que sr. Grey (um fodão) não existe, as mulheres não suportam homens que não se pareçam com ele, e esta é a verdade suprema de "Cinquenta Tons".

Por fim: uma amiga minha, psicóloga, me disse que muitos dos seus pacientes vêm ao consultório falar de como suas mães (fálicas) destroem seus pais (fracos). São essas mulheres fálicas, segundo ela, que à noite gemem de solidão sonhando com o sr. Grey. Obvio?

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor" (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Escolher a escola (ROSELY SAYÃO)

AGORA é a época em que muitos pais estão avaliando diversas escolas para transferir o filho no próximo ano; alguns farão isso por necessidade, outros por desgosto com a escola atual e outros ainda porque vão matricular a criança pela primeira vez em uma escola.

É neste momento, também, que a imprensa investe em reportagens sobre como escolher a melhor escola para o filho, quase sempre com dicas de métodos pedagógicos mais frequentemente praticados, com análise de diversos estilos de escola ou apontando critérios já bem conhecidos, como a colocação em rankings, por exemplo. Todo ano muitos pais recorrem a mim, na esperança de conseguir algumas pistas que os ajudem a fazer a melhor escolha possível. Todo esse empenho dos pais é compreensível: hoje, a sociedade considera a escola o instrumento mais importante no preparo dos mais novos para o futuro. Tenha ela ou não condições de

honrar tal função, o fato é que os pais têm acreditado nisso e tentado, sempre que podem, fazer uma boa escolha.

Ano após ano, as questões que os pais me trazem são muito semelhantes e se repetem. Este ano, entretanto, tenho recebido algumas bem diferentes. Por exemplo: há pais que querem saber se é bom ou não a escola passar bastante lição para ser feita em casa e se o uso do uniforme escolar é um fato importante para os alunos, e até quando; há os que querem saber se o melhor é a escola fornecer lanche ou o aluno levar de casa e quanto tempo deve ter o intervalo do recreio e como ele deve ser.

Há, inclusive, pais que perguntam se crianças que frequentam os primeiros anos do ensino fundamental devem ser submetidas a provas e que querem saber o que significa, de fato, acompanhar a vida escolar do filho. Surpreendentemente, não recebi nenhuma questão a respeito de métodos pedagógicos, de ranking, de espaço físico escolar, tampouco sobre material pedagógico. É: parece que os pais começam a pensar nos detalhes da educação escolar do filho, o que é uma boa notícia.

Primeiramente, é bom saber que não há resposta certa para nenhuma das questões que os pais consideram neste momento de escolha da escola para o filho. Mas tal escolha certamente irá refletir o que eles priorizam. E o positivo dessa mudança, que pode ser pequena mas que é significativa, é que os pais dão sinais de que não mais se ocupam com questões que outros dizem que eles devem se ocupar. Agora, eles é que determinam o que é importante considerar. E, analisando as questões trazidas, os pais mostram que dão importância à convivência dos alunos na escola, que valorizam a cultura familiar e querem que ela seja respeitada.

Parece também que os pais não querem mais ver o filho ser massacrado pela exigência exagerada da escola em quantidade de conteúdos e avaliações e esperam que a instituição escolar saiba fundamentar de modo coerente suas práticas e as escolhas feitas. Resta saber se as escolas irão se afetar com essa boa novidade porque são poucas as escolas que aceitam repensar seu modo tradicional de organização e trabalho educativo. Com tantas modificações que o mundo tem provocado, a escola parece ser uma das poucas instituições que permanece congelada no tempo.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Um casal bem normal (CONTARDO CALLIGARIS)

O PAPA Francisco, recentemente, lembrou que a Igreja Católica não deve se esquecer que ela tem, antes de mais nada, missões positivas - de obras e de fé. Claro, ela pode se opor tanto ao casamento gay quanto ao aborto, mas sem confundir essas preocupações com o essencial de seu ministério. Seria fácil acrescentar que, de qualquer forma, em matéria de proibição, a Igreja só escreveu as páginas mais nefastas de sua história.

Enfim, a fala do papa assinala que provavelmente, aos poucos, o casamento gay se tornará, por assim dizer, usual. Nas próximas décadas, senão nos próximos anos, ele integrará as modalidades habituais de amor e convivência. O casamento gay nos parecerá tão normal quanto o casamento heterossexual. Visto que eu prezo a liberdade individual, só me restaria festejar. E festejo, mas com uma reserva: não gostaria que a aceitação do casamento gay criasse uma espécie de boa consciência coletiva, segundo a qual estaríamos fazendo as pazes com a diversidade do mundo e a variedade do amor e do desejo.

Nada disso: começaremos a entender e aceitar a diversidade do mundo quando pararmos de imaginar que o casamento heterossexual seja algum tipo de baluarte contra a bizarrice do sexo e do desejo. Ou seja, na hora em que o casamento gay está sendo normalizado, é urgente se lembrar de que o casamento heterossexual só foi e é "normal" em aparência. Se você quiser chacoalhar um pouco suas ideias em matéria de casamento heterossexual e de "normalidade", ainda há uma chance. Depois de uma temporada no Centro Cultural São Paulo e outra nos Satyros, "Lou & Leo", de Nelson Baskerville e Leo Moreira Sá, volta brevemente, a partir de amanhã, no Teatro do Ator, em São Paulo, na praça Roosevelt (dia 4 de outubro às 23h, dias 11, 18 e 25 de outubro às 21h30).

A peça dramatiza a história da aventureira vida do próprio Leo, que faz o papel de si mesmo. Leo nasceu Lou, foi baterista das Mercenárias (famosa banda rock punk dos anos 1980), envolveu-se com tráfico de drogas, passou anos preso (ou presa, no caso, por isso acontecer, inevitavelmente, em presídios femininos) e se tornou homem e ator. Mais importante aqui é que o grande amor da vida de Leo foi Gabi (na peça, a ótima Beatriz Aquino). Leo e Gabi se amaram e se casaram, no civil, em 2002 (divorciaram em 2012). Se o casal quisesse, o casamento poderia ter sido celebrado no religioso também.

Você perguntará: como foi possível, se Leo, juridicamente ainda era Lourdes? Foi casamento gay em 2002? Nada disso, foi um casamento absolutamente normal, entre um homem e uma mulher: se Leo tinha nascido e estava registrado como Lourdes, Gabi tinha nascido e estava registrada como Carlos. Para o cartório que os casou, portanto, Carlos e Lourdes eram um casal heterossexual. De fato, Lou (que era quase Leo) queria ser o homem para uma mulher. E Carlos (que já era Gabi) procurava um homem para quem ser mulher.

Em suma, foi um amor improvável. Mas, para que alguém se transformando de mulher para homem pudesse se casar com um travesti (como Gabi se via na época), não precisou que existisse o casamento gay: o casamento heterossexual, em sua "normalidade", foi suficiente. Claro, a história de Leo e Gabi é um caso extremo, paradoxal. Mas sua estranheza não deveria esconder sua "banalidade". "Banalidade"? Isso mesmo. O casamento de Leo e Gabi é "banal", não porque seria corriqueiro o amor entre um transexual e um travesti, mas porque (sem exagero) o amor e o sexo, em qualquer casal dito heterossexual, são quase sempre tão paradoxais quanto o amor e o sexo entre Leo e Gabi.

Na peça, há momentos francamente engraçados. Um deles é quando se trata dos começos do casal: para Leo, a presença de um pênis entre as pernas de Gabi podia ser supérflua e incômoda, enquanto, para Gabi, talvez o problema fosse a ausência de um pênis entre as pernas de Leo. Lembrei-me imediatamente de um casal heterossexual no qual ambos declaravam que, na transa, nenhum deles sabia mais de quem era o pênis.

Enfim, por sorte dos heterossexuais, a heterossexualidade não implica nem garante nenhuma "normalidade". A grandíssima maioria dos casais heterossexuais são bizarros (ou seja, singulares), a começar por aqueles que passam a vida sem sexo ou quase. Ou seja, gays ou héteros, somos, de fato, todos anormais.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Não é o fim do mundo (LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION)



O PROPÓSITO de uma ciência física como a do clima é descrever a natureza e entender os processos físicos que a governam. No lançamento do novo SPM (Sumário para os Formuladores de Políticas Públicas), o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança Climática) demonstrou não seguir esse princípio.

O IPCC já nasceu errado. Foi criado em 1988 com o objetivo de provar que o homem influencia o clima, e não o de entender as causas naturais de sua variabilidade. O SPM usa linguagem obscura, difícil até para os seus destinatários, os formuladores de políticas. E é omissivo em aspectos fundamentais, como a sensibilidade climática (SCE), que relaciona o aumento esperado da temperatura global à variação da

concentração de dióxido de carbono atmosférico. A nota de rodapé 16 (pág. 11) do sumário afirma que "a SCE não pode ser dada agora devido à falta de concordância de seus valores...". O que é falta de concordância em processo físicos naturais?

Os autores parecem confessar que não sabem qual fração do aquecimento observado deve ser atribuída ao homem nem quanto o clima se aquecerá com o aumento de dióxido de carbono. No entanto, afirmam que mais da metade do aquecimento entre 1951 e 2010 foi causada pelo homem. Afirmam que o principal controlador do aquecimento é a emissão total de dióxido de carbono e que as simulações mostram uma tendência na temperatura média global que concorda com a tendência observada (95% de certeza).

Com tais afirmações, torna-se embaraçoso explicar o atual "hiato" climático, porque a temperatura global se manteve estável nos últimos 16 anos, embora o dióxido de carbono tenha aumentado 8% e os modelos tenham projetado aumentos superiores a 1°C. As explicações são vagas, sem evidências científicas. A redução da tendência de aquecimento observada entre 1998 e 2012, afirmam os pesquisadores, pode ser causada pela

variabilidade interna do clima, que inclui redistribuição de calor nos oceanos, e pela redução do "forçamento radiativo", gerado por erupções vulcânicas e pelo decréscimo da atividade solar. Ora, é óbvio que o clima é naturalmente variável e incerto. Erupções vulcânicas são apenas uma das causas.

O IPCC confunde o leitor quando afirma que existe 95% de certeza de que mudanças na radiação solar total não contribuíram para o aquecimento global, mas que a variabilidade do ciclo solar de 11 anos influencia as flutuações climáticas decadais, em algumas regiões. A causa pode ser, também, "a contribuição de forçamentos inadequados e, em alguns modelos, uma superestimativa de resposta ao aumento de gases de efeito-estufa e outras forçantes antropogênicas" (?). Um dos temas do terrorismo climático continua a ser o nível do mar, que aumentou 19 centímetros nos últimos 110 anos e deverá subir mais 98 em 2100. As previsões catastróficas do IPCC são baseadas em resultados de modelos que nunca foram validados, ou seja, não conseguem reproduzir o clima passado.

Existem dados confiáveis desde 1880 e, se os modelos reproduzirem o clima entre aquele ano e o presente, se terá mais confiança no que estão prevendo para o futuro. Essa tentativa foi feita pelo Instituto Goddard para Estudos Espaciais (Giss/Nasa), em 2006, que produziu um elenco de erros básicos. Para citar um apenas, ao simular o clima da Amazônia, o modelo colocou 20% de redução de chuva a menos do que o observado no período 1880-2003.

O IPCC, na realidade, não faz "previsões", e sim projeções usando cenários de emissões futuras que são fictícios, fruto da imaginação do pesquisador, e possivelmente não se concretizarão. Baseado em cenários fictícios, utiliza modelos que não representam os processos físicos que governam o clima adequadamente. Qual é sua contribuição na formulação de políticas públicas que beneficiem a sociedade?

LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION, 67, doutor em meteorologia pela Universidade de Wisconsin (EUA), é professor da Universidade Federal de Alagoas. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

MMA deve ser regulamentado como esporte? NÃO

Violência como lucro (JOSÉ MENTOR)

A ENCICLOPÉDIA Delta Larousse define esporte como "o conjunto de exercícios físicos praticados metodicamente, sobre a forma de jogos individuais ou em equipes, com observância de regras específicas".

No dicionário Houaiss, esporte é "atividade física regular, com fins de recreação e/ou de manutenção do condicionamento corporal e da saúde". A Lei Pelé, que institui normas gerais sobre esportes no Brasil, estabelece no artigo 2º, XI que "o desporto, como direito individual, tem como base o princípio da segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial".

Todas as definições convergem no sentido de que as regras de cada modalidade devem promover a manutenção do condicionamento corporal e da saúde, garantindo o princípio da segurança e integridade física do praticante. Nos últimos 15 anos, oito lutadores morreram no mundo por causa da prática. Há uma semana, um brasileiro morreu durante a preparação para uma luta. Ele precisava emagrecer 15 quilos para se enquadrar numa categoria. Na véspera da pesagem, faltavam 900 gramas. Entrou em uma sauna e não resistiu. Teve um AVC. Nos últimos três anos, dois lutadores norte-americanos ficaram tetraplégicos.

Não vemos no MMA regras que proporcionem a preservação da saúde e da integridade física do praticante. Quanto mais rápidos, fortes, contundentes e agressivos forem os golpes (pontapés, joelhadas, cotoveladas e socos sucessivos na cabeça, rosto e abdômen), mesmo que o adversário esteja grogue, mais cedo o lutador comemora a vitória. Depoimentos de esportistas de combate reconhecidos, como Ted Boy Marino - quando em vida -, Maguila e Éder Jofre, e de especialistas de educação, saúde, psicologia não consideram o MMA um esporte. Nova York, nos Estados Unidos, e a França proíbem a prática do MMA. No Canadá, a associação médica quer banir essa luta.

Profissionais e praticantes de artes marciais de confederações de caratê, judô, tae-kwon-do e capoeira não acham que MMA seja esporte nem uma mistura de artes marciais, cujas principais características são o desenvolvimento espiritual, filosófico, físico e técnico do praticante --disciplina, auto controle, autodefesa e a não agressão. O MMA não mostra outra mensagem que não seja agressão e violência. Não raro, são lesões graves e gravíssimas, fraturas de braço, pernas e coluna. Tetraplégicos. Mortes.

Mesmo nas artes marciais de competição, como o tae-kwon-do, os atletas fazem simulações de golpes, usam protetores, tecnologia para registrar os golpes. Pontuam sem necessidade de atingir o adversário. No MMA, a lesão é real, a agressão é o objetivo, a brutalidade impera. A violência é real, o sangue é real. Aliás, o "sangue é o suor do MMA", dizem seus defensores. O projeto de lei que apresentei em 2009 não proíbe o MMA no Brasil, como nos países citados. Nossa preocupação principal é com a influência que causa em nossas crianças e adolescentes por causa de transmissões de TV, uma concessão pública de comunicação de massas.

Por isso, buscamos impedir que a TV transmita lutas de MMA. Apesar de muito lucrativas para alguns poucos, são violentíssimas, desumanas e despertam os piores instintos do homem em muitos. Será o MMA o tipo de atividade que queremos para formar, educar, qualificar, graduar ou promover os valores esportivos ou civilizatórios do cidadãos e cidadãs brasileiros? O MMA não é esporte. A violência é um produto comercial. É barata e dá lucro.

JOSÉ MENTOR, 65, advogado, é deputado federal pelo PT de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

MMA deve ser regulamentado como esporte? SIM

Contra a marginalização (ACELINO POPÓ FREITAS)

O MMA é o esporte que mais cresce no mundo e, no Brasil, não poderia ser diferente. Somos um celeiro de grandes lutadores das artes marciais mistas. Uma modalidade que já atinge níveis, números e repercussão semelhantes aos do futebol necessita de regulamentação para preservar tanto os praticantes, quanto os admiradores.

Propus, em 2011, o projeto de lei nº 2.051 à Câmara dos Deputados com o intuito de reconhecer o MMA como prática esportiva no país. O objetivo é criar critérios para as organizações dos eventos da modalidade, adequando-os às normas rígidas internacionais e, caso necessário, estabelecendo regras especiais para o Brasil. Toda semana são realizados eventos de artes marciais mistas, de pequeno e médio porte no Brasil. As pessoas enxergam nesse esporte oportunidades de negócios. Mas poucos dos que se aventuram na produção dos eventos têm a capacidade técnica ou até mesmo lastro financeiro e apoios suficientes para garantir uma realização com total segurança e profissionalismo.

O nosso desafio é reduzir a organização de eventos clandestinos e gerar implicações das mais diversas aos que não se adequem aos ditames que serão estabelecidos. Em 17 de setembro, conquistamos um grande avanço, quando a Comissão de Estudos Jurídico Desportivos do Ministério do Esporte, após longo debate - que contou com intervenções de Rafael Favetti, da Comissão Atlética Brasileira de MMA - chancelou a modalidade como esporte no Brasil. Aprovado o parecer, restou entendido que todas as competições no país terão que seguir as normas definidas pela Immaf (International Mixed Martial Arts Federation), a federação internacional de MMA, que prezam pela segurança dos atletas.

Em meio a todo esse trabalho sério e comprometido, está acirrada a discussão no Congresso Nacional do projeto de lei nº 5.534/2009, de autoria do deputado José Mentor (PT-SP), que pretende vetar a transmissão de lutas marciais pelas emissoras de televisão, o que diretamente pode marginalizar o MMA. Oponho-me a esse projeto é porque, ao proibir a transmissão, em canal aberto ou fechado, ele também inviabiliza patrocínios das empresas e recursos de publicidade. Ele "acabaria" com o esporte que vem mudando a vida de inúmeros brasileiros, criando ídolos e referências de vida e de superação para a nossa juventude, que hoje só se espelha no mundo do crime.

Tive há pouco um encontro em Brasília com Bertrand Amoussou, presidente da Immaf, que atua na organização do UFC no mundo e chancela a Comissão Atlética Brasileira de MMA para esse serviço. A comissão é reconhecida como uma instituição séria e de grande responsabilidade neste momento ímpar que vive o mundo das lutas no país. O discurso do deputado José Mentor destaca a violência do esporte, inapropriada para exibição em TV. Vale a pena destacar inúmeros programas e filmes violentos que têm espaço garantido na grade das emissoras. Sem contar novelas e seriados que geram mais transtornos, especialmente na instituição familiar. Censurar não resolve. O problema da violência não terá solução com restrições midiáticas. Já está claro que instituições sérias estão mobilizadas para garantir a segurança dos fãs e do atletas da modalidade, preparados para a missão.

O esporte muda a vida das pessoas. Eu dormi no chão até os 23 anos, passei fome, dificuldades e encontrei no boxe a saída para dignificar a minha vida e de minha família. Conquistei quatro títulos mundiais e o

reconhecimento de uma nação. Agora, luto para que as oportunidades como as que tive sejam criadas para mais brasileiros.

ACELINO POPÓ FREITAS, 38, tetracampeão mundial de boxe, é deputado federal (PRB-BA). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**

Os males do mundo (DRAUZIO VARELLA)

A MORTALIDADE está em queda no mundo inteiro, exceto na Europa Oriental e em algumas partes da África. Já aconteceu no passado. Entre nossos ancestrais australopitecíneos, que surgiram na África há 4,4 milhões de anos, a vida acabava depressa: para cada 80 privilegiados que resistiam até os 15 anos, 79 morriam antes de completar 30 anos.

Já no Homo sapiens, que viveu na Europa entre 44 mil e 10 mil anos atrás, metade dos que sobreviviam até os 15 anos chegava aos 30. Graças ao advento das vacinas, antibióticos, saneamento básico e à qualidade da alimentação, a expectativa de vida no século 20 duplicou em diversos países. Fatores de risco como cigarro, consumo de álcool, sedentarismo, obesidade e nutrição inadequada, por via direta ou por ação indireta através da hipertensão arterial ou do diabetes, são os responsáveis pela maioria dos males que afligem as sociedades modernas.

1) Cigarro

A prevalência vem caindo nos países de língua inglesa, no norte e centro da Europa e na América Latina, tendência acompanhada da redução de mortes por câncer e doenças cardiovasculares. O aumento contínuo da mortalidade por câncer de pulmão entre as mulheres europeias reflete o fato de que em alguns países do sul e do leste europeu mais de 40% das mulheres fumam.

No Brasil, cerca de 15% dos adultos são fumantes, número mais baixo do que nos Estados Unidos, e muito menor do que na Europa (com exceção da Suécia), no leste da Ásia e algumas partes da África. Nos países situados abaixo do deserto do Saara, a popularidade do cigarro é menor. Fumantes ativos e passivos pagam preço alto: 6,3 milhões de mortes anuais. Mais de 6% das doenças existentes no mundo atual são provocadas pelo cigarro. É a principal causa evitável de morte.

2) Consumo de álcool

Beber com moderação pode reduzir a incidência de problemas cardiovasculares e de diabetes, principalmente em pessoas com fatores de risco para essas enfermidades. Ingerir quantidades exageradas num único dia, no entanto, além de provocar acidentes, aumenta o risco de complicações cardiovasculares e cirrose hepática. Em países produtores de vinho, como Itália ou França, o consumo de álcool diminuiu nas últimas décadas, período em que duplicou na Dinamarca e Inglaterra e aumentou em países asiáticos como Japão, China e outros.

O abuso de bebidas destiladas é a principal causa de doenças na Europa Oriental. Na Rússia e nos países da antiga União Soviética, ele é responsável por 30 a 50% das mortes de jovens e de homens de meia-idade.

3) Obesidade

Há associação clara entre obesidade e mortalidade geral. Ganhar peso aumenta o risco de diabetes, hipertensão, ataque cardíaco, derrame cerebral, câncer, insuficiência renal e artrite. São poucos os países em que o peso médio dos habitantes não aumentou. A prevalência global da obesidade duplicou entre 1980 e 2008. Em valores absolutos, os maiores aumentos ocorreram nos Estados Unidos, seguidos pela China, Brasil e México. A prevalência varia de 2% em Bangladesh a mais de 60% em algumas ilhas do Pacífico. O excesso de peso é responsável por cerca de 3,4 milhões de mortes anuais. A ele estão associadas patologias com baixas taxas de mortalidade, mas causadoras de períodos longos de incapacitação.

4) Nutrição e dieta

Estudos observacionais demonstram benefícios em reduzir a quantidade de sal e substituir as gorduras saturadas pelas poli-insaturadas. Dietas pobres em frutas, vegetais, grãos integrais, nozes, amêndoas e sementes acompanhadas de excesso de sal contribuem com 1,5% a 4% do total de doentes do mundo.

5) Atividade física

Já na década de 1950, os estudos mostravam os benefícios da atividade física. A energia gasta em movimento diminuiu drasticamente à medida que os países se urbanizam e se desenvolvem, fator que contribui decisivamente para o aumento das doenças degenerativas. Está em curso um período de transição epidemiológica. O mundo sai da fase das mortes precoces por doenças infectocontagiosas, para entrar em outra, caracterizada por maior longevidade, inversão da pirâmide populacional e alta incidência de doenças degenerativas.

DRAUZIO VARELLA é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro "Estação Carandiru" (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Outubro de 2013.**